

A SEMÂNTICA 'NEGATIVA' DO LIXO COMO ASPECTO 'POSITIVO' – UM ESTUDO DE CASO SOBRE UMA ASSOCIAÇÃO DE RECICLADORES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, BRASIL

THE GARBAGE'S NEGATIVE SEMANTICS AS A POSITIVE ASPECT – A STUDY CASE ABOUT A RECYCLERS ASSOCIATIONS IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO, BRAZIL.

MARIA SCARLET DO CARMO

Doutora em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV)

Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Gestão e Negócios da Universidade do Grande Rio (PPGA/EGN/UNIGRANRIO)

scarlet.carmo@ig.com.br

Recebido em: 26/12/2008

Aprovado em: 08/08/2009

ISSN 2175-5787

Resumo

O presente trabalho trata de um estudo de caso junto a um grupo de catadores autônomos da cidade do Rio de Janeiro. Ele teve como objetivo investigar a influência da semântica negativa do lixo no processo de construção de capital social entre seus membros. Os resultados sugerem uma ausência de confiança em si (baixo capital social união) e nos demais atores da cadeia da reciclagem (baixo capital social ponte), sendo a atuação de uma ONG imprescindível (elevado capital social conexão) para o êxito do grupo. O interesse pelo lixo por diferentes segmentos sociais (como algo de valor) parece ameaçar a subsistência desses catadores de modo que a semântica negativa do lixo, nesse ponto, tende a ser, segundo eles, mais favorável do prejudicial à subsistência, contrariamente às suposições iniciais. Se por um lado essa semântica diminui suas capacidades de articulação com o comprador, por outro, é no sentimento de repulsa que eles admitem ter garantias à sua subsistência, a medida que outros segmentos sociais também se interessam pelo mesmo. Reputação, identificação com o trabalho e busca pelo reconhecimento social emergem como aspectos que justificam o êxito do grupo investigado.

Palavras-Chaves: Semântica do lixo. Capital social. Catador.

Abstract

The present paper deals with a study case with a group of scavengers in the city of Rio de Janeiro. It aims to investigate the garbage's semantics negative influence in building social capital process among its members. The results suggest a lack of confidence in it (low union social capital) and in the other actors in the recycling chain (low bridge social capital), and the activities of a Non-governmental organization (NGO) indispensable (high connection social capital) to the group's success. The interest in garbage by different social groups (as something of value) seems to threaten the scavengers's livelihood so that the garbage's semantics negative, at this point, tends to be, according to them, more favorable rather than harmful to the livelihood, contrary to initial assumptions. On the one hand this semantics reduces their ability to articulate with the buyer, the other hand is the revulsion feeling that they admit to guarantee their subsistence, as other social groups are also interested in it. Reputation, identification with the work and search for social recognition emerge as aspects that justify the success of the group investigated.

Key-Words: Garbage's semantics. Social Capital. Scavenger.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Berthier (2003), os primeiros estudos relacionados ao problema do lixo urbano iniciaram-se a partir da segunda metade do século XX. Nos países desenvolvidos, as pesquisas eram voltadas para o desenvolvimento de tecnologias ligadas à coleta, ao transporte, ao armazenamento, bem como ao reaproveitamento e industrialização. A subsistência da coleta de resíduos seria, então, uma atividade inexistente, devido à mecanização do processo, além, obviamente, das condições sociais mais favoráveis desses países. Nos países em desenvolvimento, por sua vez, tais estudos levaram em consideração a forte presença dos atores que subsistem da catação, em detrimento de estudos relativos à tecnologia do reaproveitamento (id) que, quando existem, são importadas daqueles países (FAHMI, 2006).

Alguns autores afirmam que, enquanto nos países do Norte o aumento da reciclagem teria ocorrido em virtude dos custos oriundos da disposição (acondicionamento dos dejetos), no Sul, a reciclagem teria se dado por motivos econômicos (BEUKERING e BOUMAN, 2001; COINTREAU, 1986). Sendo assim, questões relacionadas ao aproveitamento dos resíduos sólidos urbanos ora tangenciam temas ligados à modernização da tecnologia e do reaproveitamento, ora aos modos de organização, condições de vida e interações sociais dos trabalhadores que sobrevivem do lixo (BERTHIER, 2003). Nesse segundo caso, é o catador o maior responsável pelo início do processo de reaproveitamento ou revalorização da mercadoria, que implica numa longa trajetória, desde a coleta até seu retorno ao ciclo de produção e consumo. Os estudos acadêmicos sobre o tema tendem a interpretar uma série de aspectos, como a exploração (BUENROSTRO e BOCCO, 2003; GONÇALVES, 2006; KASEVA e GUPTA, 1996; LAUTENSCHLAGER, 2006; MEDINA, 2001; SOBRAL, 2007), o estigma (EIGENHEER, 2003; PORTILHO, 1997; RODRIGUES, 1992, 1995) e a organização dos catadores em cooperativas (BASTOS, 2007; GONÇALVES, 2003; MAGERA, 2003), como uma forma de superar os problemas enfrentados por este segmento profissional, inserido numa cadeia de funcionamento complexo.

A logística da cadeia da reciclagem dos resíduos sólidos urbanos é bastante complexa, em função dos diferentes segmentos econômicos nela envolvidos, que vão desde os catadores, passando por garrafeiros (ou também donos de caminhões), sucateiros (ou donos de ferro velho), até os atravessadores e, por fim, as indústrias. Esses diversos segmentos variam muito em número e características de acordo com o tipo de material e com a região em que ocorre a

coleta, comercialização e industrialização. No que diz respeito ao comércio dos recicláveis, a cada etapa ou ator envolvido no processo pelo qual passa a mercadoria, desde a coleta até o seu beneficiamento, é agregado valor em função do tratamento (separação por tipo, prensagem e limpeza) e do volume acumulado.

Uma vez constatada a complexidade dessa cadeia, cabe ressaltar que os catadores desconhecem completamente os aspectos que a envolvem. Esse desconhecimento, muitas vezes resultado do baixo nível de escolaridade, impede-os de obter ganhos melhores nessa atividade (COINTREAU, 1985). Kaseva e Gupta (1996) acreditam que o baixo nível de instrução os privaria de informações que permitissem negociar um preço melhor e buscar novos mercados para seus produtos. Não obstante essas questões, outro fator é considerado neste artigo como de suma importância: a semântica do lixo.

O resíduo costuma ser a definição para aquilo que perdeu a utilidade ou valor e que, por esse motivo, é descartado pela sociedade. O resíduo estaria então impregnado de uma conotação negativa (EIGENHEER, 2003; PORTILHO, 1997; RODRIGUES, 1992, 1995) que, de certa forma, influiria na negociação, de modo que, quanto mais próximo do seu manuseio, menores as chances de uma negociação justa. Os catadores, como o primeiro elo da cadeia do comércio de recicláveis, tendem a sofrer o impacto do aspecto cultural negativo relacionado ao lixo. Um exemplo disso é percebido ao se analisar a literatura sobre o tema, que nos mostra que é mais frequente a associação entre eles e moradores de rua e mendigos, e não entre trabalhadores da reciclagem (EIGENHEER, 2003; MEDINA, 2000, 2007; PORTILHO, 1997). A literatura tende a mostrar também os constrangimentos pelos quais eles passam (ADAMETES, 1999; BASTOS, 2007; EIGENHEER, 2003; MEDINA, 1998, 2007; SICULAR, 1991), constrangimentos de que, até mesmo trabalhadores com maior qualificação profissional como engenheiros, algumas vezes, não estariam imunes (PORTILHO, 1997). São esses fatos, aliados às falas dos entrevistados durante o processo de pesquisa, que permitem propor que se fale em uma semântica negativa do lixo.

Estudos ligados à cultura e às instituições (BARBOSA, 1999; PUTNAM, 1996) ajudam a compreender a lógica e a dinâmica dos processos que permeiam as tarefas ligadas diretamente ao manuseio do lixo urbano, pois a catação de lixo ou material reciclável apresenta-se como uma atividade economicamente rentável, mas que não é usufruída de forma plena pelos integrantes do elo inicial da cadeia da reciclagem. Os catadores, além de estigmatizados, se aproximariam mais de uma população vitimada por uma cultura de exploração, especialmente por parte de comerciantes. Partindo do princípio de que a

semântica do lixo interfere na organização dos catadores, acredita-se que gerar confiança – da organização em seus membros e dos membros entre si — poderia ser o ponto de partida para uma melhora coletiva dessa categoria profissional. Essa crença, contudo, esbarrou em entraves quando a própria semântica negativa do lixo passa de algo abominável a desejável, diante dos novos dilemas que os catadores passam a viver. Não obstante essas constatações, acredita-se que uma discussão sobre as questões (simbólicas) que atravessam o universo dos catadores seria de extrema relevância para se pensar o desenvolvimento de suas instituições.

Segundo Douglas (1998), as instituições estão ancoradas em processos simbólicos, de onde extraem sua lógica estrutural. Várias questões, que vão desde a construção da identidade profissional até os laços de sociabilidade e estratégias de competição, seriam construídas por esta lógica simbólica. A cultura material também é ordenada por esse processo simbólico. A forma como nos relacionamos com o mundo material é carregada de significados. Esses significados estão, por sua vez, relacionados à forma como os objetos se inserem nas relações sociais, aspecto fundamental para que se possa compreender como o significado social do lixo pode afetar os processos de formação da identidade e a motivação profissional dos catadores.

Robert Putnam (1996) desenvolveu um trabalho em que tentou mostrar como o desempenho de determinadas instituições da Itália, dividida entre Norte e Sul, era distinto em função da manifestação ou não de capital social. Caracterizado como uma relação de trocas por Coleman (2000 *apud* GROOTAERT *et al.*, 2003), esse autor propõe que o capital social está presente quando da formação de associações entre determinados grupos pertencentes a certa estrutura que procuram obter êxito em suas ações através da cooperação. Em síntese, pode-se dizer que a manifestação de atitudes que remetem à ideia de confiança, cooperação e reciprocidade entre os integrantes de um determinado grupo indicariam o grau, a existência ou não, de capital social entre seus membros.

Este estudo procura investigar a relação entre a dificuldade dos catadores de rua do Centro da cidade do Rio de Janeiro em se manterem economicamente e a semântica negativa do lixo. Para fazer esta associação, parte-se da suposição de que a semântica negativa do lixo interfere no processo de construção de identidade profissional, na formação de redes de contato e cooperação (capital social) e, por sua vez, na organização econômica do trabalho. Os depoimentos dos catadores entrevistados confirmam que haveria uma relação entre essa semântica negativa e a organização deles.

Por outro lado, à medida que o contexto da reciclagem se modifica, mediante o crescente interesse econômico pelo assunto (RODRIGUES, 2005), a atuação de organismos

privados e do próprio setor público interfere (de modo positivo ou negativo) no ganhos e nos modos de os catadores engajarem-se nessa tarefa. É pelo efeito dessa atuação que o presente artigo conclui que a semântica negativa do lixo se subverte: de algo que impediria a articulação social e conseqüentemente econômica dos catadores, para algo que ainda os permite apropriar-se dessa matéria como meio de subsistência.

2. METODOLOGIA

Na cidade do Rio de Janeiro, a maioria dos catadores de recicláveis, aparentemente, tende a estruturar-se de três formas distintas, a saber: I - autônomos, ou seja, sem vínculo com nenhuma forma de organização (podem trabalhar em grupos ou não); II - aderidos a cooperativas, ou donos de pontos e III - contratados para beneficiar o produto (separação e acondicionamento — também ligados a alguma forma de organização ou não). Quanto à procedência do material que costumam recolher, ela vai desde residências e lojas até escritórios, de acordo com a região em que catam.

O presente trabalho trata-se de um estudo de caso realizado junto a uma população de catadores aderidos a uma cooperativa — mas que, por serem donos de pontos, definem-se como autônomos, já que trabalham de forma independente uns dos outros no interior de uma associação —, a Associação dos Recicladores do Rio de Janeiro (ARRJ). Esta associação é apoiada por uma Organização Não Governamental (ONG) e pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB). O material que negociam vem de escritórios (muito papel branco), por isso este é um grupo que subsiste em uma das regiões de lixo mais rico da cidade.

O foco do trabalho e a metodologia baseiam-se em aspectos típicos da antropologia social, que se propõe a investigar as estruturas de significação (teias simbólicas e lógicas de articulação) e o comportamento dos membros de um determinado grupo. A teoria que serve de base para a observação e análise do universo simbólico dos catadores é a sugerida por Geertz (1989). Este autor propõe que sejam feitas observações etnográficas da articulação dos comportamentos em um dado contexto, mediante as quais se estabelecem uma interpretação dos dados obtidos através de uma narrativa densa dos significados partilhados pelos atores envolvidos.

Esta pesquisa, então, partiu de uma observação participante, em que a rotina dos catadores da ARRJ, seus hábitos e modos de se relacionarem — no interior da cooperativa e

no seu entorno, junto aos diferentes atores com quem interagem — foram anotados e analisados. Foram realizadas entrevistas abertas com onze catadores, sendo que o grupo é formado por 35 membros. Os catadores escolhidos foram aqueles que se mostraram dispostos a falar de sua rotina de trabalho. Muitos deles foram entrevistados mais de uma vez, a fim de que algumas dúvidas fossem sanadas. Além dessas pessoas, foram entrevistados o coordenador da associação e três representantes da ONG que os apoia diretamente. As informações obtidas nestas entrevistas e nas observações serviram de parâmetro para o mapeamento da dinâmica de trabalho e da cultura subjacente a este grupo. Essas observações e entrevistas ocorreram no período de julho a dezembro de 2004. Posteriormente, foram feitas visitas breves ao local, nos anos de 2006, 2007 e 2009, além da participação em eventos (Encontros de Catadores), onde foi possível conversar com algumas das pessoas que haviam sido entrevistadas em 2004. Essas conversas serviram para reforçar, ou confirmar, os achados obtidos referentes à análise dos dados de 2004.

As entrevistas procuraram levantar o nível de envolvimento dos catadores da ARRJ com questões relacionadas à organização do trabalho e ao modo como se articulam para resolver problemas de ordem coletiva (grau de confiança e de união entre eles); o modo como lidam com a atividade que desempenham; a relação com outros atores da sociedade e a compreensão que têm do que seria uma cooperativa.

Os dados obtidos foram analisados visando a identificar algumas categorias que pudessem melhor definir o universo simbólico do grupo em questão. Os dados das entrevistas foram confrontados com os obtidos nas observações, de modo que foi possível perceber contradições entre o que afirmaram e o que de fato manifestavam em termos subjetivos. Estas apontam para a cultura do grupo — ou o contexto em que se encontram envolvidos — e que ajudam a configurar a identidade de seus membros, mediante uma perspectiva interpretativista (Geertz, 1989), em que as falas dos entrevistados são apresentadas de modo que o microcontexto em que elas se inserem acabam servindo para ilustrar a macroestrutura que envolve — ou tem envolvido — a catação de recicláveis como um todo.

3. RESULTADOS

3.1 PERFIL DA POPULAÇÃO – OS ‘DONOS DE PONTO’

A população de catadores associados à ARRJ compõe-se de pessoas experientes, jovens ou idosas, que frequentaram esse universo desde a infância e acabaram por seguir a mesma profissão dos pais — por isso a ideia de vocação herdada. Moradores de regiões afastadas, quase todos eles permanecem a semana no galpão da associação, alguns com seus cônjuges ou filhos. A riqueza de material desta região leva-os a contratarem auxiliares para ajudá-los no trabalho de coleta e acondicionamento para venda — por isso denominam-se “donos de ponto”.

Esses donos de ponto, na maioria das vezes, são catadores que, quando não herdaram o ponto de seus pais, um dia trabalharam como auxiliares e, com o tempo, conquistaram um espaço próprio. Seus auxiliares são amigos ou parentes, que recebem por quantidade de material beneficiado (número de sacos). Não obstante a noção de privilégio que os donos de ponto parecem possuir, ele seria ilusório. Um catador, por exemplo, cita que tinha um “ponto” onde recolhia material, mas que o perdeu após a COMLURB proibi-lo de recolher por causa do projeto lançado em 2003: “*Caí na profissão, agora ganho bem menos do que tirava antes [já que se transformara em um auxiliar].*” Mais adiante em sua entrevista, conta que está procurando outro ponto, mas que está difícil. Ele disse “*namorar*” um prédio que acaba de ser construído, na expectativa de que possa recolher o material dele quando os escritórios tiverem sido instalados. Acha, porém, pouco provável que consiga: “*Eles nem recebem a gente, acham que somos mendigos*” explica. A perda de um ponto, neste caso, estaria relacionada não só às políticas de reaproveitamento e geração de renda do poder público no início do presente século, como ao aumento do interesse de outros segmentos sociais por essa mercadoria:

Veja só, a maioria trabalhava na rua, por livre vontade. Tem o prédio que deixa você recolher lá. Depois chega a COMLURB te obriga a ir para uma cooperativa ‘ou sai ou se adapta’, aí, por motivos pessoais você é expulso e a cooperativa se acha dona do ponto que o cara conquistou. Isso tá errado! (Depoimento do Coordenador)

Ele refere-se a certo catador de outra região que, induzido a ir para uma cooperativa, quando ocorreu a implantação dos projetos da COMLURB no final de 1993 e início de 1994,

perdeu seu ponto e passou a sobreviver de catar uma quantidade insignificante pelas ruas. Esse tipo de história seria recorrente, segundo o entrevistado.

O interior do galpão, onde os catadores estudados permanecem instalados, é dividido por espaços, identificados pelas aglomerações de sacos pretos contendo recicláveis, que delimitam a área de cada dono de ponto. Nesses locais determinados costuma haver rádio, TV, geladeira e até mesmo fogão improvisado — que utilizam enquanto beneficiam o material que recolhem. Esse beneficiamento consiste na separação entre partes aproveitáveis e não- aproveitáveis que, acondicionadas em sacos, é recolhido pelo caminhão do comprador que aparece em dias específicos.

O Centro da cidade do Rio de Janeiro é considerado a região mais rica em resíduos recicláveis devido ao excesso de papel branco descartado, denominado de “pesado”. Desta forma, os restos de plásticos, capas de livros, dentre outros materiais que vêm juntamente com o pesado, por não ter valor algum para os membros deste grupo, são encaminhados pelo caminhão da COMLURB para que outro grupo dele sobreviva (em uma usina em Gramacho). Os donos de ponto possuem um contrato “assinado” com as firmas que doam os resíduos para eles. Por este contrato, formal ou não, eles devem recolher a mercadoria em dias estipulados. Portanto, o perfil do dono de ponto é o de uma pessoa comprometida com certos fornecedores de mercadoria, os quais, atualmente, começam a se tornar mais escassos, fazendo com que esses trabalhadores sintam-se inseguros quanto ao futuro dessa profissão. Vejamos agora como se estrutura a organização do trabalho.

3.2 A ARRJ — ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A ARRJ é coordenada por um ex-catador contratado pelo Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (IBISS), uma ONG que, desde maio de 2003, assumiu, perante a COMLURB, a responsabilidade de apoiá-la. O suporte dado pelo IBISS, dentre outros, consistiu na contratação desse coordenador que, através da sua experiência e conhecimento da geografia do descarte no Centro, trabalha no sentido de familiarizá-los com esse mercado e com o acesso a compradores e fornecedores.

O coordenador responsabiliza-se por garantir a ordem no recinto, onde é respeitado pelos donos de ponto, e por resolver as questões burocráticas. A primeira implica em garantir a limpeza e apaziguar conflitos, assim como controlar o pagamento das refeições que consomem para os que vendem comida e refrigerantes próximos ao local. Este coordenador

conta que já levava várias mães para ter filhos no hospital e que hoje eles trabalham ali junto a elas, de modo que parece haver certo respeito e consideração pelo coordenador. Entretanto, a enorme gratidão que eles têm é pela ONG que os apoia: “*O IBISS faz isso aqui é por amor*”, explica um deles. Quanto às questões burocráticas, na maior parte, trata-se da relação entre a associação e o poder público, a busca por compradores e aspectos que envolvam o bem-estar coletivo.

Trinta e cinco pessoas estão cadastradas na associação (que está no seu limite tolerável). A ARRJ, embora tenha recebido esse nome em 2003 e passado pelas intervenções da COMLURB em 1994, já possuía pessoas ali instaladas há muito tempo: “*Eles vieram [a COMLURB] com as políticas deles, mas não foi adiante. Já existíamos aqui antes deles chegarem.*” Uma das contribuições recebidas, quando da intervenção do poder público, consistiu no levantamento do muro que os separa da rua. Afora o auxílio que tenham dado inicialmente, atualmente ajudam com o fornecimento de água, luz e transporte do material não aproveitado que segue para Gramacho.

Nos finais de semana (sábado à tarde), as instalações são fechadas pelo coordenador e novamente reabertas na segunda-feira pela manhã: “*Isso aqui é como se fosse a casa deles*”, explica. A justificativa do coordenador para a necessidade de fechar o local é a de evitar que se instalem definitivamente ali, o que faria com que o local deixasse de ser identificado como um ambiente de trabalho. Não obstante essa determinação, isso não impede que eles transformem seus espaços de trabalho em um lar. Nota-se isso nitidamente na hora do almoço, quando costumam se sentar próximos às suas televisões ou às de propriedade de algum colega (com quem teriam maior afinidade) para comer: “*Parecem umas crianças assistindo o Pokémon*”, explica um classificador rindo.

O trabalho exige uma atenção intensa devido à necessidade de se fazer uma triagem dos diferentes tipos de papéis que manuseiam e que têm valores diferenciados: “*Não é qualquer um que sabe trabalhar com isso não. Tem que ensinar para eles.*” Enquanto o executam, contudo, costumam parar, dar uma volta ou descansar. Às vezes, brincam um pouco entre si ou com os cachorros (há cerca de seis cachorros e gatos no local), mas não por muito tempo, pois têm prazos a cumprir.

O objetivo da ONG que os apoia foi o de que pudessem gerir o local sem o aporte do coordenador e dela própria. Mas eles não se mostram, e nem se consideram, preparados para assumir tal responsabilidade. Um deles explica esse fato: “*As pessoas aqui são donas de ponto, cada um trabalha por si, daí não aparece uma liderança que se articule para o todo.*”

Eles chegaram a escolher, entre eles, dois administradores para o local, mas o fato de haver poucos candidatos demonstra o desinteresse deles quanto a esse tipo de função.

3.3 TEIAS DE RECIPROCIDADE E CAPITAL SOCIAL — O CATADOR *VERSUS* OUTROS ATORES DA CADEIA

O comércio de recicláveis nesse estudo não é distinto daquele descrito em outros contextos, em que a compra e a venda dos recicláveis se dá à mercê de atravessadores (MAGERA, 2003). A diferença é que eles vendem para um intermediário de médio porte, o que é positivo. Mas, embora consigam driblar um ou outro pequeno atravessador dessa cadeia (compradores satélite), esses catadores perdem, em termos financeiros, a partir do momento em que não enfardam (não reduzem o volume). Já que cada integrante da cadeia da reciclagem tende a agregar valor mediante beneficiamento (pureza dos resíduos) ou acúmulo, quanto maior é o valor agregado, maior é a possibilidade de atrair grandes compradores.

O intermediário que negocia com eles enfarda e, com isso, depende de algum trabalho que, provavelmente, recai no preço de compra dessas pessoas. Assim, embora os associados da ARRJ sejam bem-sucedidos no que tange à organização do trabalho—pois têm autonomia quanto à escolha do comprador e têm condições de acumular material durante uma semana antes de venderem — prescindem ainda de enfardadeiras, a fim de resolver o problema do volume. Mas o aspecto mais importante, quando se tenta comparar esse grupo com outros que vivem da catação na cidade do Rio de Janeiro, narrados em outros estudos (CARMO *et al.*, 2004; CARMO *et al.*, 2006), é o de que cada catador pesa sua mercadoria numa balança cuja precisão eles próprios controlam. Marcio Magera (2003) aponta o hábito de controle da balança pelo comprador como um indicador do roubo e da manipulação a que eles estariam submetidos. É essa noção que o poder público tentou eliminar ao lançar sua política de apoio no final do ano de 1993.

Antes dessa intervenção da COMLURB, entretanto, segundo eles, já havia diversas formas de organização de catadores na cidade, denominadas cooperativas. “*Eles bateram aqui sem nada e hoje muitos tão rodando de carro importado*” (depoimento de catadora). Assim, já havia uma tendência dos catadores a trabalharem próximos uns dos outros. O que mudou foi que, com a intervenção da COMLURB, eles teriam começado a se sentir usados:

Todo mundo rouba a gente, (...) vários políticos vieram com projetinho bom, se aproveitaram da gente, às nossas custas (...) Ela [a COMLURB] só colocou o nome, pois já trabalhávamos em cooperativa, sempre houve um líder. (Depoimento do catador).

O galpão onde estão instalados, na verdade, teria sido construído durante a gestão do governador Leonel Brizola, sendo que o projeto da COMLURB teria consistido em aglomerá-los, mediante cadastramento, em diferentes pontos fixos, sendo este grupo estudado um deles. Ocorre que a tentativa de cadastrar e aglomerar catadores de origens distintas em um mesmo ambiente gerou conflitos, pois pessoas de grupos diferentes teriam passado a trabalhar sob o mesmo teto, ao contrário de quando dispersos pelas ruas, onde se uniam de modo espontâneo. Isso induziu ao aparecimento de diferenças culturais, gerando atritos em muitas instalações — o que resultou na depredação de muitas delas. Esta associação, cujo grupo montado já se conhecia e evitou que catadores capazes de gerar conflitos viessem se instalar junto a eles, foi uma das poucas, ou talvez a única, que não sofreu depredação ou foi tomada como exclusiva apenas de alguns:

No Centro, nós que éramos os mais antigos, conseguimos encurralar eles, os catadores problemáticos [...] formado pelo pessoal que mora no Conjunto Fumacê, da facção Comando Vermelho, aí juntaram [os coordenadores de projeto da COMLURB] estes caras com os catadores mais antigos e eu falando que isso não ia dar certo... Houve vandalismo e quebradeira. (Depoimento do catador)

É essa fatalidade que levou a COMLURB a fechar a maioria das instalações, enquanto algumas delas ficaram sob o comando de alguma liderança (nem sempre escolhidas espontaneamente), proveniente de facções ou de intermediários, geralmente mais articulados do que o catador normal. Como articulados, entende-se aquelas pessoas com redes de contatos mais influentes (capital social conexão) que, no caso dos catadores, costumam usufruir dessa rede de influência apenas em benefício próprio, embora afirmem trabalhar em nome da coletividade. Esse aspecto será retomado ao final, no item discussão.

Apesar da afirmação de que os catadores deste grupo evitaram a aproximação de catadores geradores de conflito, eles têm seus problemas de convívio interno. Nunca chegaram, todavia, a uma situação extrema — como, por exemplo, morte. Os vários rádios sintonizados em canais diferentes ao mesmo tempo, que inicialmente davam ao observador a impressão de ser um ambiente altamente descontraído, revelou-se, com o tempo, ser uma

espécie de demarcador de territorialidade. Uma catadora explica: “*Se eu colocar alto, tô nem aí. Aí o outro começa a reclamar e um outro coloca mais alto que o meu e assim vai*” (depoimento do catador). De modo que esta foi a primeira pista de que ali havia muita intolerância entre eles.

Uma das explicações para o fato de que eles tendem a manifestar certo grau de intolerância — “*Nada me incomoda, a não ser a conduta de alguns colegas*” (depoimento de catadora) — estaria na crença de que algumas pessoas usam algum tipo de droga ou álcool. Isso, porém, nunca foi testemunhado pelo observador. De qualquer forma, este tipo de conduta era algo não aceito entre muitos deles. Independentemente disso, eles se aglomerariam conforme o grau de afinidade com os colegas e suas posturas — mais rígidas ou mais flexíveis. Mas aquilo que se pode chamar de capital social entre o grupo manifestava-se apenas em momentos de apuro, não importando mais se discordavam em termos de conduta. De acordo com um catador: “*Quando há problemas, a gente se une...*”.

Sobre os demais atores da sociedade com quem costumam relacionar-se, tinham uma opinião ambígua, conforme a situação e os personagens envolvidos. No caso dos coordenadores de projetos da COMLURB, há um sentimento de frustração e de desconfiança. Esse sentimento, porém, é recíproco, pois, enquanto os catadores acreditavam que o apoio recebido iria melhorar suas condições econômicas, os coordenadores esperavam que os catadores aderissem às suas normas e ao seu modelo de cooperativismo.

Sobre esse apoio da COMLURB, embora os primeiros dados obtidos a respeito do interesse pelo tratamento do material reciclável datem de 1977 — quando houve a inauguração da Usina de Irajá — é somente no final de 1993 e início de 1994 que ela apóia o Programa de Cooperativas de Catadores, gerenciado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC). O apoio consistiu em ceder espaços para que os catadores de rua pudessem ter condições de acumular o material que recolhiam em pontos fixos e não mais vendê-lo a compradores ambulantes. A COMLURB, a fim de implantar este projeto, acabou por aliar-se a esses compradores ambulantes (informais) ou donos de caminhões, de modo que, de ambulante, passaram a exercer um comércio em pontos fixos — à medida que se apropriaram daquelas instalações cedidas pelo poder público para que as cooperativas fossem implantadas.

No final de 1993 [...] foi estabelecido um contrato entre a prefeitura e a COMLURB, sob a forma de comodato, em que espaços foram cedidos para as cooperativas fundamentado na lei 8.666. [...]

A cooperativa é uma ação mútua para agregar valor ao produto dos catadores. Eu acredito num futuro promissor, sobretudo para uma massa que não teve nenhuma oportunidade de estudar, marginalizada, desempregada, sem uma atividade de subsistência. Por mais que eu queira absorvê-la, eu não vou conseguir. Só o lixo pode proporcionar esta atividade [de subsistência], com as condições adequadas de higiene, de segurança e com direitos sociais garantidos. A proposta foi a de ceder espaços com infraestrutura básica (luz, banheiro, escritório e espaço para armazenar) e dar orientação sob o ponto de vista gerencial. (depoimento de gestor público).

Essas cooperativas, contudo, assumiram um esquema de compra e venda de reciclados, similar ao que já ocorria, frustrando um dos propósitos iniciais da COMLURB, que pretendia extinguir um comércio que se mostrava desfavorável aos catadores. Estes, ao notarem esse desvirtuamento do projeto e ao perceberem que nada melhorou em termos econômicos, aos poucos, afastaram-se do mesmo, quando não contribuíram para a destruição das instalações nas quais foram cadastrados, no que se poderia chamar de “tragédia dos comuns”, posto que não identificaram as instalações montadas como algo a serviço deles.

Com isso, a COMLURB afastou-se do projeto e as instalações que não foram depredadas permaneceram em mãos de atravessadores (e compradores outrora ambulantes) que, embora ainda recebessem o nome de cooperativas, não seguiam os propósitos que as caracterizariam como tal. Os catadores desta associação afirmam desconfiar de qualquer tentativa de intervenção que parta da COMLURB, pois não conseguem compreender os reais motivos que a fez intervir junto a essa população nos anos de 1993/94. Eles tendem a ver qualquer forma de apoio dela como uma tentativa de ganhos ilícitos:

Como que uma cara que trabalha na COMLURB, que tem benefícios [carro, celular da empresa, etc.] e salário quer mais dinheiro ainda! Eles colocaram um fiscal para averiguar se os prédios estão colocando o lixo no caminhão [da coleta seletiva]. Isso ameaça a gente! (depoimento de dono de ponto).

Essa afirmação alude ao fato de os catadores estarem sob a ameaça do impacto representado pelo programa de coleta seletiva, em que os prédios (grandes geradores) separam o material reciclável do orgânico, para ser recolhido por caminhões da COMLURB e ser levado para as Centrais de Separação de Reciclados (CSRs) — um projeto que começou a ser lançado em 2001. Refere-se, ainda, ao interesse dos próprios geradores em venderem seu material para as cooperativas existentes, que na verdade teriam se transformado em pontos de compra — seja de catadores ou não. Por isso o receio de que o trabalho de uma enorme

parcela de pessoas que sobrevivem no Centro (da ARRJ e das ruas) possa estar comprometido.

Devido à criação dessas CSRs, o poder público passou a ser caracterizado por eles como um órgão de repreensão e de ameaça, porque o acesso ao resíduo começa a diminuir. É devido ao não-cumprimento exato por parte dos prédios geradores dessas imposições da COMLURB (que pode multar os prédios que não contribuem com a coleta seletiva) que, muitas vezes, eles obteriam ainda os seus ganhos. A representatividade deles junto às instituições ou associações que poderiam fornecer apoio, e que vão desde o próprio poder público até os fornecedores de recicláveis (os geradores que doam os resíduos), é nula.

O catador tem um limite até onde ele pode ir. Ele não chega no prefeito, já o F. [catador associado] precisava falar com o presidente da COMLURB, pediu ajuda do IBISS e conseguiu, já quando ele trabalhava como meu ajudante... Se a COMLURB vir o crachá de cooperado, ela nem atende a gente... (Depoimento do coordenador)

Diferentemente dos catadores, os compradores seriam bem articulados, pois o comércio de papel na cidade do Rio de Janeiro é marcado pela união de três grandes atravessadores. Essa união deu origem ao Centro de Reciclagem do Rio de Janeiro (CRR), - considerado o principal comprador de material coletado por catadores na cidade, um oligopsônio. Este se localiza próximo à rodovia, que funciona como principal ponto de escoamento de produtos da cidade e é composta de empresas, como a Cibrapel, a Farias Plásticos, a Ipiranga, o Depósito de Papel Santiago, os Depósitos de Papel Pedro Alves e o Depósito de Papel Santa Fé que, juntas, seriam o principal responsável pelo acúmulo (escala) e escoamento de papel e plástico do estado do Rio de Janeiro. A Aleris Latasa Reciclagem, por sua vez, seria a única empresa especializada na reciclagem de alumínio e PET (polietileno tereftalato de etileno) desse estado (ARRUDA, 2005). Seus principais fornecedores seriam as cooperativas de catadores (legalizadas), bares e restaurantes, escolas, a Locantis e a Koleta (empresas privadas de coleta seletiva de grandes geradores). No total, a Latasa possuiria quatorze depósitos pelo Brasil. Tanto a formação daquele oligopsônio na cidade como a instalação da Latasa no estado do Rio de Janeiro determinariam a conjuntura que, em meados da década de 1980 e início de 1990, gerou a situação aqui abordada, relativamente às nuances que a semântica do lixo representa na vida destes trabalhadores.

Segundo um catador entrevistado, este oligopsônio de papel determinaria o preço que bem quisessem ao material: “*Eles compram por um preço só e pronto, estão ganhando o que querem. Têm uma frota de caminhões que vai de 15 a 20*” (informação verbal).

Quando se referiu aos integrantes deste mercado, afirmou que eles seriam os “*grandes que se uniram*”, ao passo que os catadores seriam aquelas pessoas que, de alguma forma, teriam decaído, como se tivessem permanecido estagnados ao longo do tempo. Enquanto isso, os compradores teriam ganhado mais força à custa de uma logística de coleta e de repasse elaborada pelos catadores — únicas pessoas capazes de dar informações cruciais, no qual aqueles jamais poderiam ter acesso devido às condições adversas em que a coleta ocorreria.

Eles são uns covardes, não saíam do depósito pra nada! Os catadores deram o caminho e no final eles tiraram tudo da gente! (...) Já falei pra eles [os catadores] que não devem ensinar o ‘pulo do gato’ para o iniciante ou para a firma que quer parar de doar os resíduos e iniciar seu próprio reaproveitamento. [coordenador]

O “*pulo do gato*” é a *expertise* que o catador adquire com o tempo e que permite uma habilidade superior, por exemplo, à dos zeladores dos grandes geradores (edifícios, condomínios), atualmente encarregados de separar material aproveitável antes do descarte (seja para a venda ou para a coleta seletiva da COMLURB). O “*pulo do gato*” incluiria, também, saber manejar o resíduo, pois os catadores não têm nojo, enquanto os zeladores teriam. Se antigamente cabia aos catadores a coleta e revenda desse material descartado, agora ela fica a cargo desses zeladores ou de empresas privadas especializadas em coleta seletiva. No caso do zelador, contudo, ele seria um funcionário que executa essa tarefa durante sua jornada de trabalho na empresa, logo, sem motivação para fazer um serviço perfeito, visto que sua renda não vem do volume alcançado com essa separação, o que é favorável para o catador — já que ele aproveita-se de suas sobras.

Tomando a narrativa dos catadores — e considerando a evolução do interesse por essa mercadoria e das formas de organização dirigidas para o seu comércio —, estes não lograram o mesmo êxito que essas outras esferas (as firmas especializadas em coleta, os intermediários e os próprios zeladores quando vendem o material para outras cooperativas).

Os catadores atribuem esse fato às suas condições sociais, as quais os teria impedido de ter acesso às pessoas ou instituições capazes de acolher seus problemas — seja para negociar um ponto nos edifícios (geradores), seja em órgãos públicos (coordenadores de projetos), ou para revender seu material (negociantes, compradores). A semântica do lixo,

logo, parece interferir de forma negativa neste caso. Mas, ao mesmo tempo, diante de contexto adverso, representado pelo interesse coletivo por este material, parece ser também um fator positivo. Vejamos isto a seguir.

3.4 O LIXO COMO VALOR: A SEMÂNTICA NEGATIVA COMO FATOR POSITIVO

O olhar da sociedade em geral em relação ao catador, segundo declarações de pessoas ligadas a uma cooperativa da Zona Sul gerida por atravessadores (CARMO *et al.*, 2004), parece um aspecto que designaria a existência de estigmas nessa profissão. Segundo a percepção de alguns cooperados daquela organização, a sociedade nada declara a respeito da catação, mas observa-os enquanto trabalham, e isso, por si só, denotaria pena, nojo, aversão (*id.*). Quando os catadores da ARRJ são indagados sobre esse tipo de comportamento das pessoas, eles confirmam algo muito parecido. Mas, diferentemente da cooperativa da Zona Sul, a ARRJ situa-se em um local onde não há pedestres, de modo que é apenas durante o processo de coleta que se sentem observados, ao passo que aqueles se sentem olhados também quando estão negociando, logo desempenhariam suas tarefas de forma mais devassada.

Entendendo-se a semântica como o estudo dos signos e compreendendo os motivos que levariam o lixo a possuir uma semântica negativa, atribuída por parte da sociedade, em função dos significados aos quais ele possa remeter, os catadores do Centro não se distinguem dos demais quanto ao fato de sofrerem as consequências de manusearem algo com um significado pejorativo. O estigma que esse trabalho gera atravessa suas falas: “*Uma vez uma mulher me viu e achou que eu ia assaltar ela. [...] Eles disfarçam e atravessam a rua, você passa e eles travam as portas dos carros*” (Depoimento de catadora). Mas ele não estaria relacionado apenas ao dia a dia da catação nas ruas. Foi possível constatar narrativas que mostram os negociantes como pessoas que os tratam como mendigos, assim como alguns representantes das firmas que doam os resíduos: “*Eles acham que a gente é mendigo*”, disse uma catadora. O modo rude como foram tratados quando ocorreram as visitas de um pequeno negociante de peças de computador, que mal os olhava no rosto enquanto negociava, ilustra bem.

É nesse sentido que se faz a seguinte pergunta: até que ponto a semântica negativa do lixo interfere nas suas negociações? Os catadores da ARRJ têm a impressão de que o atravessador, em geral, acha que é um favor comprar o material deles. As empresas recusam-

se a negociar o descarte de seus resíduos com eles, preferindo fazê-lo junto ao coordenador. Isso quando não contratam empresas especializadas em coleta e destinação final.

Não obstante esse quadro, os catadores parecem encontrar saídas criativas para os seus problemas. Vejamos o que declara o catador abaixo:

Mas o catador é terrível, o cara que antes catava lá no prédio dá um dinheiro para o cara do caminhão. A gente paga para poder sobreviver, ou seja, paga para poder ter acesso ao lixo. Aí o cara do caminhão recebe duas vezes: pela empresa e pelo catador. [...] Mas tem aqueles prédios que negociam com a gente e que vende metade e doam outra metade pra nós, fiquei até impressionado porque a maioria não faz isso mais. (Informação verbal)

Nesse momento, percebe-se que a semântica negativa do lixo — responsável pelo estigma e dificuldade de negociação — seria um fator positivo para eles, uma vez que os zeladores não realizariam um trabalho completo. Não só porque nada recebem a mais para executá-lo — descartando boa parte junto com os demais resíduos que, antes do destino final, são vasculhados pelos catadores — como porque teriam nojo de manipulá-lo ou não saberiam fazê-lo com a competência de um catador.

Muitas vezes os catadores dariam algum trocado para esses zeladores, a fim de poderem examinar e recolher algo de útil. Mas isso só é possível devido à existência deste nojo dos dejetos, do contrário, venderiam eles próprios (os zeladores) o material. O coordenador, então, explica:

O nojo do lixo acabou ajudando a gente porque o contratado de dentro da empresa que descarta não sabe selecionar. A gente sabe que eles não têm a mesma disposição que a gente [...] Não existe ninguém, nem o próprio Manuel [da CRR] que conheça tanto sobre a qualidade de papel que nem eu (Informação verbal).

Segundo a percepção dos catadores, o lixo emerge como algo de valor para outras pessoas também e não apenas para eles. Este valor estaria relacionado ao novo formato que ele adquire (*gestalt*) conforme passa a receber atenção de diferentes atores sociais, como reciclável. Consequentemente, o lixo doméstico pós-consumo passa a ser objeto de interesse logo no início da cadeia da reciclagem, segmento que antes era exclusivo do catador. Se a crença de que a identidade profissional dos catadores aconteceria através da mudança no modo como o lixo passa a ser representado desfez-se, a emergência de novos atores interessados no elo da cadeia da reciclagem, que sempre foi de exclusividade deles, abriu

espaço para a formação dessa identidade. Esta não necessariamente estaria atrelada a uma nova semântica do lixo, mas a esses novos atores: “*Antigamente as pessoas tinham nojo, mas agora isso tá mudando*”, comenta um catador quando tenta mostrar que se as pessoas deixam de sentir nojo, os catadores se sentem menos estranhos à própria atividade.

Desta forma, a ameaça de perderem os pontos em que costumam recolher os resíduos torna-se a questão principal para esses catadores e não as consequências do estigma em suas tarefas. Foi esse sentimento de ameaça, aliado à nostalgia de uma época em que trabalhar com isso era melhor, que se perpetuou ao longo das conversas.

Há um tempo atrás eles tinham problemas [vergonha] sim, mas, quando começaram a perceber o interesse dos empresários e artistas sobre o material deles, começaram a mudar essa mentalidade. Eles passaram a ver isso como um emprego. (Depoimento do coordenador)

Se o coordenador afirma que eles começam a ver isso como um emprego, é porque a situação está mudando, pois como são antigos na profissão, tiveram condições de narrar as diversas manifestações de preconceito de que foram alvo ao longo da vida. O que estaria se modificando, na medida em que o olhar dos outros sobre o lixo muda o olhar deles a respeito da própria função, é a ameaça de perda de espaços que os fazem valorizarem esta tarefa. As questões relacionadas ao meio ambiente a que teriam acesso seria resultado de algumas reuniões de que participaram em congressos recentes. No entanto, essa conscientização a respeito da importância desse trabalho para o meio ambiente é algo ainda não resolvido entre eles — “*Eu tô pensando é no meio do bolso mesmo e não no meio ambiente*” (Depoimento do catador).

Marcio Magera (2003), ao citar a narrativa de uma antiga catadora de Belo Horizonte, atuante na cooperativa local, considerada bem sucedida, inspira-nos a enfatizar a impressão que se teve do grupo estudado, visto que a incorporação de um sentido ao trabalho em função de sua relação com o meio ambiente é pequena. Pequena, porém não ausente, pois é possível encontrar depoimentos que apontam o seu contrário: “*Antes a gente era chamado de mendigo. Hoje em dia isso mudou. Se não fosse a gente a Amazônia já teria virado papel.*” (Informação verbal).

Nesse sentido, a própria atuação da COMLURB junto a essa população ajudou a dar conformação a esse trabalho: “*Antes do Brito [mentor do programa de cooperativas da COMLURB], a gente era tratado como bandido pela Prefeitura, foi ele quem começou a*

colocar que catador não é bandido.” É a iniciativa da COMLURB nos anos de 1993/1994 que muda este quadro:

Era o ‘arrastão’, eles pegavam tudo da pessoa que estava na rua, não queriam nem saber, e colocava num caminhão e levava pra bem longe. Aí o Brito entrou e acabou com isso.
(Depoimento do catador)

De acordo com Dias (2003), a prefeitura da cidade de Belo Horizonte praticava algo parecido quando eles fizeram a triagem dos seus produtos nas ruas. O planejamento em gerenciamento de resíduos sólidos e o empenho em eliminar os catadores frequentemente impactam o padrão de vida deles. Medina (2000) cita o caso dos catadores de Bogotá que, comuns no depósito municipal da cidade até o ano de 1980, após a construção do aterro sanitário, foram proibidos de frequentar o local.

Embora o fracasso daquela iniciativa da COMLURB e o consequente afastamento dela, este teria sido o passo inicial para que os catadores pudessem ser considerados como profissionais da catação. A literatura costuma fazer menção à capacidade de recuperação de resíduos por esses trabalhadores (BARTONE, 1990). Birkbek (1979), por exemplo, afirma que esse trabalho, do mesmo modo que pode ser definido como desorganizado, possui um modo de organização muito complexo, chegando a recuperar e reciclar uma quantidade de material superior à recuperada nos países desenvolvidos. Esse fato, de acordo com Buenrostro & Bocco (2003), é considerado suficiente para demonstrar a necessidade de inclusão desses trabalhadores nos processos decisórios relacionados ao tratamento e ao gerenciamento de resíduos.

Os catadores de rua não associados à ARRJ, que sobrevivem da venda para caminhões, de posse da noção do êxito desse projeto, especificamente no grupo estudado, teriam demonstrado um forte interesse em se engajarem em uma cooperativa, devido, dentre outros, à não-obscuridade das transações comerciais. Mas essa não-obscuridade é característica desse grupo. Não se pode afirmar o mesmo das demais organizações provenientes daquela intervenção.

Esta associação não pode comportar mais catadores de rua em seu interior, já que está no limite máximo de pessoas. Os catadores que catam nas ruas sem local para beneficiarem nutrem a expectativa por um espaço de trabalho, desde que em condições parecidas — autonomia nas negociações. Entretanto, uma intervenção como aquela por parte

do poder público não voltou a ocorrer. Um associado declara que uma parceria da ARRJ, e consequentemente, desses demais catadores de rua, com o poder público, só seria possível caso:

A COMLURB trouxesse de volta um **B** da vida... que possa passar essa confiança e essa pessoa desenvolver os espaços que foram fechados. Aqui a gente bota ordem sim, tomam banho... usam desodorante de um real, mas usam. (Depoimento de catador)

Esta é uma alusão a um coordenador de projetos especificamente, que teria sido a pessoa quem idealizou o programa de cooperativas da cidade naquela época. Quando entrevistado, este senhor solicitou que os relatórios por ele produzidos sobre o programa de cooperativas fossem devidamente citados. O cuidado de citar o autor foi observado durante toda a pesquisa, mas a melhor forma de apresentá-lo é por meio do depoimento de um ex-catador, na época (2006), presidente do sindicato dos catadores da cidade do Rio de Janeiro, durante sua palestra em um evento no Centro Cultural Banco do Brasil, que ressaltou o papel desse gestor em suas vidas: “*O B é sensacional, o problema são as pessoas que ele chamou para ajudar ele a organizar as cooperativas*” (Informação verbal). Mesmo que as iniciativas do poder público auxiliem na configuração de uma semântica positiva, o que é favorável, isso não necessariamente beneficia os catadores. E este quadro não mudou ao longo dos últimos quatro anos.

4. DISCUSSÃO

A política de apoio aos catadores parece ter sido influenciada pelas iniciativas do Banco Mundial que, no início da década de 1980, produziu um projeto guia para o gerenciamento de resíduos em países em desenvolvimento, **na África** mais especificamente. Este projeto continha uma variedade de opções em tecnologia e gerenciamento de resíduos a serem consideradas, de acordo com as circunstâncias dos países envolvidos. A coleta mecanizada, por exemplo, foi questionada pelo projeto do Banco Mundial em um momento em que questões relativas à disposição e recuperação dos resíduos fizeram parte de uma discussão mais geral sobre os impactos de diferentes técnicas na estrutura das comunidades em que elas eram introduzidas (COINTREAU, 1985, 1986[1982]; FUREDY, 1984). Duas das proposições centrais daquele projeto incluíam ajuda e assistência pelos municípios aos

coletores de resíduos e aos catadores informais, no que tange à saúde, condições de trabalho e mercado.

Na cidade do Rio de Janeiro, segundo os catadores, as políticas de apoio teriam começado a ocorrer a partir do lançamento deste programa, no final de 1993 e início de 1994. De acordo com eles, não se teria notícias de apoios como este antes daquela década. Acreditamos que esse apoio tenha sua origem nas discussões ocorridas por ocasião da Eco-92 e nas questões relativas ao índice elevado de produção de resíduos, bem como na divulgação do princípio dos 3Rs (reduzir o consumo e o desperdício, reutilizar e reciclar os materiais) para a sociedade.

A realidade social tem uma natureza composta pelo mundo material que nos rodeia e pelos mecanismos simbólicos através dos quais é possível dar sentido a esse mundo. Os objetos e indivíduos que permeiam o mundo e o modo de relacionar-se com os mesmos são parte dessa realidade (ou vida diária) e só se legitimam a partir do momento em que se inserem em um conjunto de valores e significados originários de um sistema classificatório. A observação direta, ao permitir apreender as lógicas subjacentes a um grupo, relativo à organização da realidade na qual estão inseridos, possibilita-nos construir uma realidade a partir do ponto de vista dos atores nela envolvidos. Assim, a observação direta permitiu-nos determinar algumas categorias de que se valem os catadores para classificarem o mundo.

Os catadores mostraram-se em um mundo à parte, que não se altera, mesmo que o objeto que eles manuseiam sofra transformações, pelo fato de estar sendo cada vez mais valorizado economicamente. Assim, é na condição de resto que o lixo lhes parece acessível — devido ao fato de sobreviverem do que deixam de separar os zeladores. Como se a condição de ser catador fosse a de sobreviver dos restos — do lixo do lixo, no caso, agora. Em visitas breves nos anos de 2006 e de 2007, percebeu-se que o quadro da Associação não se alterou. Eles permaneciam sob a ameaça de perderem suas fontes de subsistência, ainda se sentiam estigmatizados, não obstante a mudança de discursos e o reconhecimento de seu papel para a preservação ambiental. No ano de 2009, e com a mudança de gestão na prefeitura municipal, parece que se inicia um novo ciclo. Cooperativas como estas começam a ser fechadas, já que parte de seus integrantes retiraram-se dela por razões similares ao que ocorreu em anos anteriores (monopólio do espaço de forma irregular que, naqueles casos, levou à depredação de algumas instalações). Não obstante esse fato, os catadores permanecem amparados pela

ONG IBISS¹, que desde 2003 defendeu a causa. Há notícias de que uma nova cooperativa será instalada próximo ao Sambódromo e irá acolher os ex-integrantes desse grupo mediante o apoio desta ONG, que se retirou da Associação. Como se vê, há um tipo de estrutura que se repete, marcada pelo monopólio de alguns do espaço dirigido à coletividade. Da mesma forma, o “capital social ponte” apresenta-se como um dos instrumentos-chave para a articulação desses trabalhadores com o poder público (detentor de espaços e do lixo gerado na cidade). Por capital social ponte nos referimos àquelas redes de contato entre pessoas que exercem influência em nome de terceiros. Este fato não é incomum entre os catadores.

Sendo o capital social relacionado ao grau de cooperação ou às redes de contatos que uma determinada pessoa tem à sua disposição, para o alcance de metas ou resolução de problemas, as características de cada sociedade vão determinar os modos distintos de manifestação do mesmo. O capital social não é observável diretamente nem medido, o que se pode acessar são apenas algumas de suas manifestações. O que faz o capital social manifestar-se não vai ser a mera presença de instituições, mas a possibilidade de um grupo usufruir delas para o seu bem-estar. Nesse caso, as lideranças locais têm papel primordial no processo de intermediar a relação das comunidades com as instituições que possam estar ao alcance das mesmas (KRISHNA 2002, *apud* GROOTAERT, C. 2003). Os grupos ou associações voltados para atividades comuns, a que pertencem pessoas de uma determinada comunidade, servem de indicadores da presença ou não de capital social.

Segundo Putnam (2000 *apud* GROOTAERT *et al.*, 2003), o capital social pode ser considerado como “ponte” (quando sua manifestação se dá mediante o contato entre redes sociais, que levam a uma mudança organizacional, gerando confiança social) ou como “união” (grau de capital social existente dentro de uma mesma rede social ou grupo). No primeiro caso, propiciaria uma maior difusão de informações — capaz de fortalecer o civismo, presente em redes sociais heterogêneas e horizontais —, enquanto no segundo levaria ao fortalecimento de relações de reciprocidade e solidariedade entre os membros. Além do capital social ponte e união, Christiaan Grootaert *et al.* (2003) mencionam um terceiro tipo, capital social “conexão”, que estaria relacionado aos contatos estabelecidos com pessoas que deteriam posições sociais de destaque, como membros de instituições públicas ou privadas que poderiam facilitar o acesso ao grupo a recursos considerados importantes. A mera presença das instituições não garante o acesso às mesmas, mas sim os laços sociais que podem se constituir por parte dos clientes que delas usufruem.

¹ Vide site <http://www.ibiss.com.br/degase3.html>

Como exemplo deste capital social ponte, temos na Colômbia, segundo Medina (2000) e Rodriguez (2003), o mais dinâmico movimento de cooperativa existente no mundo a receber apoio de uma ONG — Fundação Social — que os tem ajudado desde o ano de 1986. O sucesso dessa iniciativa os teria conduzido / os conduziu ao desenvolvimento de uma estrutura organizacional voltada para associações de cooperativas nacionais, regionais e locais (MEDINA, 2000). As ONGs também tiveram um papel importante na formação de cooperativas na Ásia, como em Manila, Filipinas e em Madras, Índia, em que uma ONG criou um programa de coleta de lixo em comunidades de baixa renda — mediante o empréstimo para a compra de veículos para a coleta. Na Indonésia, indústrias e ONGs também estariam articuladas com o serviço de coleta (KASEVA *et al.*, 2002; MEDINA, 2001).

No Cairo, Egito, o *Zabaleen Environmental Development Programme* (ZEDP) foi fundado na década de 1980 pelo World Bank sob a coordenação da ONG *Environmental Quality International* (EQI), efetuou um trabalho para melhorar as condições de vida dos catadores (FAHMI, 2005; 2006). Segundo Ojeda-Benitez (2002), o envolvimento das ONGs promove a facilitação do setor informal, adicionando credibilidade ao seu papel no reaproveitamento de resíduos. Os membros dessas ONGs costumam ter bons relacionamentos (capital social ponte) com os servidores municipais, o que proporcionaria ligações quase que oficiais entre os beneficiados por essas ONGs e as instituições públicas. Muitas vezes, as ligações ou canais de comunicação entre as municipalidades e os catadores não costumam ser claros, o que representa um problema na evolução de projetos, de modo que as ONGs contribuiriam para a aproximação de ambos.

No Brasil, os catadores receberam apoio de diferentes atores sociais, como ONGs, entidades religiosas e empresariais. Em São Paulo, temos a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas, e Materiais Reaproveitáveis, Coopamare (DEL GAUDIO, 2002; GONÇALVES, 2006). Em Belo Horizonte, em 1992, foi criado o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, mediante o qual surgiu o Movimento dos Catadores, com o apoio de instituições como a Cáritas Brasileira, a Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare) (DIAS, 2003). Na cidade do Rio de Janeiro, a Rede Independente de Catadores de Materiais Recicláveis (Ricomare) teria sido fundada em 2003 através da associação de mais de 20 grupos de catadores, que se reúnem a cada dois meses para discutirem questões inerentes ao trabalho, políticas públicas, formas de organização e beneficiamento do produto, dentre outros aspectos (GONÇALVES, 2006; GONÇALVES, 2003).

Durante a realização desta pesquisa, teve-se a oportunidade de participar de dois desses eventos do Fórum Estadual Lixo e Cidadania (Felc), criado em 1998, onde questões ligadas à saúde, identidade profissional e formação de cooperativas como forma de superar a dependência dos compradores foram levantadas.

Não obstante o papel dessas ONGs, segundo alguns trabalhadores, catar seria uma tarefa que careceria ainda de reconhecimento por parte da sociedade, de modo a impedir que se perpetue aquele tipo de atitude em que uns se sentem com maior autoridade do que outros para monopolizarem o bem público. A sociedade não demonstra interesse por essa temática, embora passe a reconhecê-los como profissionais, uma vez que ignoram a sua estrutura de funcionamento e as redes (de exploração) que se formam em torno disso.

Se a confiança, assim como as estratégias e as normas de reciprocidade de um grupo, são construídas sobre lógicas culturais e simbólicas que as reforçam na prática, o capital social implicaria, além da confiança, a cooperação e a reciprocidade entre os atores envolvidos para a superação de problemas relacionados ao coletivo. Em ambientes caracterizados por uma economia extremamente dinâmica, em que a informação e o domínio de determinada logística sejam considerados aspectos importantes para o êxito numa tarefa ou empreendimento, o capital social faz-se imprescindível por dar garantias de que as informações necessárias ao empreendedor possam ser alcançadas.

Nesse sentido, vejamos o caso de outra ONG dirigida por uma atriz que trabalha em uma rede de TV popular e que, na época em que as observações iniciais foram realizadas, começou um projeto de estímulo aos catadores no mesmo ambiente de coleta do pessoal da ARRJ e adjacências. Sua iniciativa, que no começo ameaçou o trabalho desses, foi contornada mediante conversas, de modo que o conflito inicial foi superado. A catadora que narra esse episódio, no entanto, declara estar abandonando esse trabalho devido esse elevado interesse pelos recicláveis: “*Lixo virou moda (...) Até artista e empresário estão se interessando pelo lixo agora.*” Embora aparentemente a intervenção da ONG da atriz tenha causado transtornos aos catadores da ARRJ, acreditamos que ela muito contribuiu ao possibilitar que eles observassem os resíduos como algo que tem valor para outros segmentos sociais, apesar de isto representar uma ameaça para eles.

Surge, então, uma indagação: por que criou seu projeto sem incluir esses atores, optando por recrutar novos profissionais? Talvez porque, geralmente, essas iniciativas, pela sua natureza, não consideram o catador tradicional, mas sim pessoas sem emprego que acabam por desempenhar tarefas que ocupam o lugar do catador. O projeto da CSR é outro

exemplo que se enquadra nesta situação. Esses projetos geralmente funcionam porque o “capital social conexão” destas pessoas é forte e permite que seus trabalhadores tenham acesso a locais que os catadores comuns não teriam.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou mostrar como a semântica do lixo interfere na organização do trabalho dos catadores. A relação entre a dificuldade dos catadores de rua do Centro da cidade do Rio de Janeiro para se manterem economicamente e a semântica negativa do lixo é constatada pela dificuldade deles em gerarem confiança entre si e nos geradores e compradores imersos que estariam no estigma da profissão. Não obstante essa semântica negativa do lixo interferir no processo de construção de identidade profissional, na formação de redes de contato e cooperação (capital social) e, por sua vez, na organização econômica do trabalho, a semântica positiva do lixo também não ajuda. Mais ainda quando se percebe o efeito que o interesse pelo resíduo, por parte de diferentes organismos, surte em suas economias. Embora contribuam para uma mudança na semântica do lixo, isso não significa uma melhora nas condições econômicas e de trabalho dos catadores. Pelo contrário, o lixo, ao ser considerado como valor, aqui, patenteia-se como uma ameaça e não como algo benéfico para eles. Da mesma forma, o capital social entre os catadores permanece inalterado.

Nesse momento, é possível perceber que a mesma semântica negativa do lixo, retratada em outros textos como gerador de estigmas (ASFORTH & KREINER, 1999; EIGENHEER, 2003; HUGHES, 1962; MEDINA, 2000; PORTILHO, 1997; TEVERA, 1994), baixo capital social rede e ponte, baixa autoestima, passa a ser um aspecto favorável, pois é dessa repulsa que passa a haver garantias à subsistência. Esse recorte da realidade deles talvez não seja novo, pois relata que, sendo os catadores da ARRJ desbravadores, tiveram a oportunidade de assistir à ascensão de muitas pessoas (comerciantes ou coordenadores de cooperativas), de melhor aparência e mais articulados (alto capital social rede e ponte), ao passo que permaneceram estagnados.

É devido à ameaça de perder seus pontos de coleta que a semântica negativa do lixo incide positivamente para o catador, protegendo-o da possibilidade de extinção da disposição de resíduos pelos prédios em que costumam recolher. Mas, mesmo que tal semântica venha a garantir seus sustentos, ela não possibilita a construção de capital social, fator de extrema importância quando se fala de organização econômica e maior autonomia dessa população. A ausência de confiança nos demais organismos envolvidos nesse comércio (capital social

ponte) é um aspecto que reforça a dificuldade deles em se articular (capital social união) para a obtenção de conquistas para a categoria. No grupo de catadores abordado neste trabalho, no entanto, a presença da ONG é imprescindível, pois é possuidora do capital social conexão.

Se os catadores obtêm ainda algum êxito e condições de permanência no universo da catação, isso ocorre em função não só da semântica negativa, mesmo que geradora de estigmas e de baixo capital social, como da capacidade de articulação da ONG (portadora de capital social conexão) que lhes dá suporte.

Acreditamos que a associação do trabalho dos catadores com questões relativas ao meio ambiente poderia ser a via de transição da marginalidade para o reconhecimento social, uma vez que uma semântica positiva do lixo parece não ser suficiente, pelo contrário. Mas, até o momento, é no capital social ponte das instituições de auxílio e na semântica negativa do lixo que têm vindo o socorro e as condições para sua permanência, respectivamente.

Não foi encontrado, até o momento, nenhuma forma de organização de catadores totalmente independente, ou seja, sem algum tipo de apoio, técnico ou logístico, da COMLURB, de ONGs ou de atravessadores. Fato similar ao apontado por Marcio Magera (2003) que, realizando estudos sobre catadores em cinco cidades do interior de São Paulo, não encontrou também nenhuma cooperativa ou grupo de trabalhadores que não tivesse como coordenador ou na liderança pessoas ligadas à administração pública, a ONGs ou à Igreja Católica.

BIBLIOGRAFIA

ADAMETES, C.M.A. **O Olhar da Inclusão**: possibilidades de pesquisa com uma catadora de lixo. Dissertação de Mestrado Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Sociologia. Araraquara, 1º. Jun. 1999.

ARRUDA, R.G.L. **As organizações voltadas para a coleta de recicláveis no município do Rio de Janeiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

ASHFORT, B.; KREINER, G. 'How can you do it?' dirty work and the challenge of constructing a positive identity. **Academy of Management Review**, v. 24, n. 3, p. 413-434, 1999.

BARBOSA, L. **Igualdade e Meritocracia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.

BARTONE, Carl R. Economic and policy issues in resource recovery from municipal solid wastes. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 4, n. 1/2, p. 7-23, Aug. 1990.

BASTOS, V.P. Na rota do lixo: da casa ao catador o primeiro trajeto da cadeia industrial de reciclagem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., out. 2007. Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu, 2007.

BERTHIER, H.C. Garbage, work and society. **Resources, Conservation and Recycling**. 39: 193-210, 2003.

_____. BOUMAN, Mathijs N. Empirical evidence on recycling and trade of paper and lead in developed and developing countries. **World Development**, Great Britain, v. 29, n. 10. p. 1717-1737, 2001.

BIRKBECK, C. Self-Employed proletarians in an informal factory: the case of Cali's Garbage Dump. **World Development**, v. 6, n. 9/10, p. 1173-1185, 1979b.

BUENROSTRO, Otoniel; BOCCO, Gerardo. Solid waste management in municipalities in Mexico: goals and perspectives. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 39, n. 3 p. 251-263, Oct. 2003.

CARMO, M. S., OLIVEIRA, J. A. P., MIGUELES, C. P. Significado do lixo e ação econômica - a semântica do lixo e o trabalho dos catadores do Rio de Janeiro In: XXVIII EnANPAD - Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2004, Curitiba. **Anais do XXVIII EnANPAD**. Porto Alegre: Grafica Editora Pallotti, 2004. v.XXVIII

CARMO, M. S., OLIVEIRA, J. A. P., ARRUDA, R. G. L. O Trabalho com Resíduos pelos Classificadores - o Papel da Semântica do Lixo no Reconhecimento Social e Identidade Profissional In: XXX EnANPAD - Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2006, Salvador. **Anais do XXX EnANPAD**. , 2006.

COINTREAU, Sandra. Environmental Management of urban solid wastes in developing countries: a project guide. **The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank**. Washington D.C., 1986. [1982].

_____. Recycling form municipal refuse: a state-of-the-art review and annotated bibliography. Integrated Resource Recovery. **World Bank Technical Paper** Number 30. UNDP Project Management Report Number 1, Washington D.C., 1985.

DEL GAUDIO, R. Reciclagem, ação social e política de gerenciamento do lixo em São Paulo. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO ANPAD, 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia, 2003.

DIAS, S.M. Lixo e cidadania: os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no mundo do trabalho do catador da Asmare. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais....** Ouro Preto, 2002.

DOUGLAS, M. **Como as Instituições Pensam**. São Paulo: Edusp, 1998.

EIGENHEER, E. **Lixo, vanitas e morte**: considerações de um observador de resíduos. Niterói: Ed. UFF, 2003.

FAHMI, Wael Salah. The impact of privatization of solid waste management on the Zabaleen garbage collectors of Cairo. **Environment & Urbanization**, v. 17, n. 2, Oct. 2005.

_____. Cairo's Zabaleen garbage recyclers: multi-nationals' takeover and state relocation plans. **Habitat International**, v. 30, p. 809-837, 2006.

FUREDY, Christine. Socio-political aspects of the recovery and recycling of urban wastes in Asia. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 7, n. 2/4, p.167-173, 1984.

GONÇALVES, M.P. *Do material reciclável sobreviver, resistir e dele uma identidade construir*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

GONÇALVES, Pólita. **A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GROOTAERT, C. 2003. "Social Capital Thematic Group Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital (SC-IQ)". **The World Bank**. Jun. 23, 2003.

HUGHES, E. Good people and dirty work. *Social Problems*, n. 10, p. 3-11, 1962.

KASEVA, M.E.; GUPTA, S.K. Recycling: an environmentally friendly and income generating activity towards sustainable solid waste management. Case study - Dar es Salaam City, Tanzania. **Resources, Conservation and Recycling**. n. 17, p. 299-309, 1996.

KASEVA, M.E.; MBULIGWE, S.E.; KASSENKA, G. Recycling inorganic domestic solid wastes: results from a pilot study in Dar es Salaam City, Tanzânia. *Resources, Conservation and Recycling*, n. 35, p. 243-257. 2002.

LAUTENSCHLAGER, A.T.C. **Condições de vida e trabalho dos catadores de lixo de Maceió**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2006.

MAGERA, M.C. **Os Empresários do Lixo – um Paradoxo da Modernidade**: análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo. Campinas: Editora Átomo, 2003.

MEDINA, M. Border scavenging: a case study of aluminum recycling in Laredo, TX and Nuevo Laredo, Mexico. **Resources, Conservation and Recycling**. n. 23, p.107-126, 1998.

MEDINA, M. Border scavenging: a case study of aluminum recycling in Laredo, TX and Nuevo Laredo, Mexico. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 23, n. 3, p.107-126, Aug. 1998.

_____. Scavenger cooperatives in Asia and Latin America. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 31, n. 1, p. 51-69, Dec. 2000.

_____. Scavenging in America: back to the future? **Resources, Conservation and Recycling**, n. 31, n. 3, p. 229-240, Mar. 2001.

_____. **The world's scavenger: salvage for sustainable consumption and production.** United Kingdom: Altamira Press, 2007.

PORTILHO, M.F.F. **Profissionais do lixo: um estudo sobre as representações sociais de engenheiros, garis e catadores.** 1997. 226 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

RODRIGUES, J.C. **Higiene e ilusão: o lixo como invento social.** Rio de Janeiro: NAU, 1995.

RODRIGUES, J.C.R. A cultura do lixo e sua angústia. In: **FALAS em Torno do Lixo.** Rio de Janeiro: Iser, Polis, 1992. p. 7-11.

RODRIGUES, L. A globalização no lixo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 nov. 2005. Economia, p. 31-32.

RODRIGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B.S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Porto: Afrontamento, 2003. p. 281-314.

SICULAR, D.T. Pockets of peasants in Indonesian cities: the case of scavengers. **World Development**. v. 19, n. 2/3, p.137-161, 1991.

SOBRAL, F.L. **Diagnóstico das cooperativas e associações de catadores de lixo nos municípios pertencentes a bacia hidrográfica Tietê-Jacaré: realidades e perspectivas.** Dissertação de Mestrado, Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2007.

TEVERA, D.S. Dump scavenging in Gaborone, Botswana: Anachronism or refuge occupation of the poor? *Human Geography*, Swede, v. 76, n. 1, p. 21-32, 1994.

Sites consultados

<http://www.ibiss.com.br/degase3.html> acesso em 14/05/2009